

Modelo de submissão atualizado em 25/02/2025

Entre Territórios e Telas – Discussões sobre a Inserção Curricular da Extensão nos Cursos EaD

Between Territories and Screens – Discussions on the Curricular Integration of Extension in Distance Education Courses

Thiago Anchieta de MELO*

Camila Magalhães SILVA

Adriana Raquel de Almeida da ANUNCIÇÃO

Ilka Márcia Ribeiro de Souza SERRA

Universidade Estadual do Maranhão. Cidade Universitária Paulo VI, Bairro Jardim São Cristóvão, CEP: 65055-310 – São Luís – MA – Brasil.

*thiagomelo@professor.uema.br

Resumo. O presente estudo tem como objetivo discutir a inserção curricular da extensão universitária nos cursos de graduação na modalidade a distância (EaD), à luz da Resolução CNE/CES nº 7/2018. Para tanto, realiza-se uma revisão sistemática de literatura, com abordagem qualitativa, fundamentada em autores que investigam as potencialidades e os desafios desse processo. O trabalho organiza-se em três eixos: o percurso histórico da EaD no Brasil e sua regulamentação; as possibilidades e modalidades da inserção curricular da extensão conforme a legislação vigente; e a análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (matriz FOFA) relacionadas à prática extensionista na EaD. Os resultados indicam que a modalidade, por sua capilaridade e alcance territorial, apresenta amplas possibilidades de democratização do conhecimento e de promoção da responsabilidade social universitária, sobretudo pela articulação com polos de apoio presencial, uso das tecnologias digitais e metodologias participativas. Contudo, a ausência de uniformidade conceitual sobre a extensão, as lacunas na formação docente e a precarização em contextos privatistas configuram desafios relevantes à efetivação da curricularização. A matriz FOFA elaborada sintetiza esses elementos, revelando que a consolidação da extensão na EaD exige ações institucionais planejadas, revisão dos projetos pedagógicos, qualificação das equipes, fortalecimento de parcerias territoriais e criação de mecanismos específicos de avaliação. Conclui-se que a extensão na EaD não deve ser vista apenas como desafio técnico, mas como oportunidade político-pedagógica de aprofundar o compromisso social da universidade, formando sujeitos críticos e atuantes, mesmo em contextos mediados pela tecnologia.

Palavras-chave: Curricularização da extensão. Educação a distância. Políticas educacionais. Ensino superior. Formação cidadã.

Abstract. *This study aims to discuss the curricular integration of university extension in undergraduate distance education (EaD) courses, in light of the guidelines established by Resolution CNE/CES No. 7/2018. To this end, a systematic literature review with a qualitative approach was carried out, based on authors who have investigated the potentialities and challenges of this formative process. The work is structured around three complementary axes: the historical trajectory of Distance Education in Brazil and its regulation; the possibilities and modalities of curricular insertion of extension according to current legislation; and the analysis of strengths, opportunities, weaknesses, and threats (SWOT matrix) related to extension practices in EaD. The results indicate that EaD, due to its capillarity and territorial reach, presents broad possibilities for democratizing knowledge and promoting university social responsibility, especially through the articulation with support centers, the use of digital technologies, and the adoption of participatory methodologies. However, the absence of conceptual uniformity regarding extension, gaps in teacher training, and the precariousness of the modality in privatized contexts constitute relevant challenges for the effective implementation of curricular extension. The SWOT analysis synthesizes these elements, revealing that the consolidation of extension in EaD requires planned institutional actions, revision of pedagogical projects, staff qualification, strengthening of territorial partnerships, and the creation of specific monitoring and evaluation mechanisms. It is concluded that extension in EaD should not be seen merely as a technical challenge, but as a political-pedagogical opportunity to deepen the university's social commitment by educating critical and engaged subjects, even in technology-mediated contexts.*

Keywords: Extension curricularization. Distance education. Educational policy. Higher education. Civic education.

Recebido: 14 /11/2025 Aceito: 24/04/2026

Editores Responsáveis: Daniel Salvador/ Carmelita Portela/ Daniela Samira

1. Introdução

A extensão universitária – compreendida como um dos pilares indissociáveis do ensino superior brasileiro, ao lado do ensino e da pesquisa – possui um papel histórico na democratização do conhecimento e na promoção da justiça social. Desde suas origens nas universidades latino-americanas no início do século XX, em especial com o movimento reformista de Córdoba, em 1918. Desde então a extensão tem buscado estabelecer uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, rompendo com o modelo eurocêntrico de transmissão unidirecional do saber e valorizando os conhecimentos populares e comunitários.

No Brasil, o percurso da extensão universitária está intrinsecamente ligado às lutas por um ensino superior comprometido com o desenvolvimento social. A Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), já sinalizavam a necessidade de uma educação superior voltada ao compromisso ético e social. Essa perspectiva foi fortalecida com a publicação da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, tornando obrigatória a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão, com impacto direto na formação dos estudantes e na transformação da realidade social (Brasil, 2018).

Paralelamente ao amadurecimento das diretrizes extensionistas, o ensino a distância (EaD) expandiu-se como uma estratégia de ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente para populações historicamente excluídas. De acordo com dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022), mais da metade dos ingressantes no ensino superior optam por cursos EaD, o que evidencia a centralidade dessa modalidade na formação universitária atual. Essa realidade impõe novos desafios e possibilidades para a efetivação da extensão, especialmente no que tange à sua curricularização em contextos mediados por tecnologias digitais e territorialmente descentralizados.

A extensão universitária, conforme as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (FORPROEX, 2012), deve ser compreendida como um processo educativo, cultural, científico e político, que promove a articulação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Sua concepção pressupõe a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, o diálogo entre saberes, a atuação interdisciplinar, o impacto social e a formação cidadã. Ao ser inserida nos currículos de forma orgânica, a extensão potencializa a aprendizagem significativa, a formação crítica e o compromisso social dos estudantes, inclusive nos cursos realizados na modalidade a distância.

Nesse sentido, a inserção curricular da extensão em cursos EaD exige adaptações metodológicas e conceituais que considerem as especificidades desse formato educacional, sem renunciar aos princípios formativos da extensão. A adoção de projetos integradores, vivências territoriais, atividades em polos descentralizados, metodologias ativas e mediações tecnológicas são algumas possibilidades em discussão na literatura acadêmica contemporânea (Castro *et al.*, 2020; Maciel, 2022).

Assim, este trabalho tem como objetivo discutir de que maneira a inserção curricular da extensão pode ser implementada nos cursos de graduação na modalidade a distância, considerando os marcos legais, os princípios formativos da extensão universitária e as especificidades pedagógicas do EaD. A reflexão proposta busca contribuir para a construção de estratégias efetivas e transformadoras, que garantam aos estudantes da educação a distância uma formação integral, crítica e socialmente comprometida.

2. Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e abordagem teórico-analítica, fundamentado em revisão sistemática de literatura sobre a inserção curricular da extensão universitária nos cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EaD). Dessa forma, a pesquisa buscou reunir e analisar criticamente produções acadêmicas recentes — entre artigos científicos, dissertações, teses e documentos normativos — que discutem os fundamentos legais, conceituais e práticos da inserção curricular da extensão na EaD, com vistas a compreender suas potencialidades, desafios e implicações pedagógicas.

A metodologia adotada ancora-se nos pressupostos da revisão sistemática qualitativa, conforme orientações de Mendes, Silveira e Galvão (2008), que definem esse tipo de revisão como um processo ordenado, planejado e rigoroso de levantamento, organização e análise de estudos já publicados sobre determinado tema, com o intuito de sintetizar o conhecimento existente e indicar lacunas para futuras investigações. A escolha por esse método justifica-se pela necessidade de consolidar um corpo teórico coerente, fundamentado em dados empíricos e reflexões acadêmicas que contribuam para o aprofundamento da discussão sobre a inserção curricular da extensão na EaD, temática ainda em processo de maturação teórica.

A seleção das fontes seguiu critérios de inclusão baseados na pertinência ao objeto de estudo, relevância científica e data de publicação (preferencialmente entre 2018 e 2025), considerando o marco da publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que normatiza a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação no Brasil. As bases de dados consultadas incluíram: Google Acadêmico, Scielo, Portal de Periódicos CAPES e repositórios institucionais de universidades públicas. Foram considerados estudos que abordassem diretamente a temática da extensão universitária na EaD, com enfoque em experiências práticas, marcos legais, aspectos pedagógicos e curriculares.

A análise dos estudos foi realizada com base na técnica de análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que permite a categorização e interpretação dos dados a partir de núcleos de sentido extraídos das unidades de análise. Para este trabalho, as categorias principais foram organizadas em três eixos: (1) percurso histórico e marcos regulatórios da EaD no Brasil e sua relação com a política de extensão; (2) modalidades e possibilidades formativas da inserção curricular da extensão, segundo as diretrizes da Resolução CNE/CES nº 7/2018; e (3) desafios e potencialidades da implementação da extensão curricular na EaD, analisadas à luz da matriz FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças).

Este estudo não pretende esgotar o tema, mas contribuir com a sistematização de conhecimentos já produzidos, ampliando o diálogo acadêmico sobre a prática da extensão na modalidade EaD. Sua abordagem compreende que o conhecimento não é neutro nem descontextualizado, mas socialmente situado, e que, como tal, exige uma leitura crítica das realidades educacionais e institucionais (Minayo, 2000). A natureza qualitativa da pesquisa

permite, portanto, maior profundidade na análise dos sentidos, contradições e perspectivas que envolvem o processo de inserção curricular da extensão em contextos mediados por tecnologias e territorialidades diversas.

3. Resultados e Discussão

3.1. Percurso histórico da Educação a Distância no Brasil: Marcos legais, Desenvolvimento e os Desafios Atuais da Inserção Curricular da Extensão

A Educação a Distância (EaD) no Brasil possui um percurso marcado por avanços legislativos, transformações tecnológicas e crescentes demandas por democratização do ensino superior. Sua trajetória inicia-se formalmente ainda no século XX, embora as experiências iniciais sejam pontuais e predominantemente vinculadas à educação básica e profissional. Contudo, é a partir da década de 1990 que a EaD adquire contornos mais institucionais, passando por marcos regulatórios e políticas públicas que o consolidam como modalidade legítima no âmbito da educação superior.

As primeiras experiências sistematizadas de EaD no Brasil surgiram no contexto do ensino técnico e supletivo, com destaque para a criação da Fundação Roquette Pinto e do Instituto Universal Brasileiro. No ensino superior, os cursos por correspondência foram as primeiras tentativas de romper com o modelo exclusivamente presencial. Contudo, somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) é que a modalidade EaD passa a ser formalmente reconhecida no sistema educacional brasileiro (Brasil, 1996).

A partir do exposto no artigo 80 da LDB, fica estabelecido que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades, bem como a educação aberta. Este dispositivo deu base para a regulamentação da EaD por meio do Decreto nº 2.494/1998, o primeiro marco regulatório específico, que definia critérios para credenciamento de instituições e autorização de cursos.

Nos anos 2000, a EaD se consolidou como uma política estratégica de democratização do ensino superior. O Decreto nº 5.622/2005, que substituiu o anterior, sistematizou o funcionamento da modalidade e trouxe definições mais claras sobre polos de apoio presencial, tutoria, atividades práticas, infraestrutura tecnológica e avaliação. Em seguida, o Decreto nº 6.303/2007 reafirmou a necessidade de avaliações presenciais e deu força à atuação dos polos como núcleos estruturantes da EaD.

Durante esse período, destaca-se a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído em 2006 pela Portaria MEC nº 1.040/2006, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores públicos, especialmente nas licenciaturas, por meio da EaD. A UAB

articulou instituições públicas de ensino superior, prefeituras e o MEC, permitindo uma oferta significativa de cursos de qualidade.

O processo cresceu sob a égide da democratização, mas trouxe consigo algumas problemáticas que careciam de discussões urgentes. Uma delas é a avaliação na EaD que tem sido um dos maiores desafios pedagógicos, exigindo abordagens que contemplem tanto os aspectos formativos quanto somativos. Os modelos mais utilizados incluem: (i) Avaliações presenciais obrigatórias, conforme exigência legal; (ii) avaliações formativas contínuas, como fóruns, diários reflexivos, estudos de caso e portfólios; (iii) avaliações por competência, alinhadas a práticas profissionais; (iv) uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) para testes, *quizzes*, entregas de atividades e acompanhamento do desempenho.

Esses modelos buscam garantir a fidedignidade dos resultados, considerando os riscos de fraude e a necessidade de garantir o caráter formativo do processo avaliativo.

Mais recentemente e a partir da ampliação desordenada da EaD nos últimos anos — especialmente na iniciativa privada — surgiram críticas quanto à qualidade dos cursos oferecidos, o que levou o MEC a revisar sua política regulatória. Em dezembro de 2022, o MEC suspendeu o credenciamento de novos polos de EaD por meio da Portaria MEC nº 1.142/2022, iniciando um processo de revisão e qualificação da oferta.

O ponto culminante dessa reconfiguração ocorre com a publicação da Portaria MEC nº 668/2024, que determina um aumento da carga horária presencial obrigatória nos cursos EaD, especialmente naqueles voltados à formação profissional, como as licenciaturas, os bacharelados em áreas da saúde e as engenharias. A nova portaria estabelece diretrizes para que uma parcela mínima da formação ocorra presencialmente, em polos ou unidades universitárias credenciadas, garantindo vivências práticas e aproximação com os territórios.

Essa reorientação vem ao encontro da necessidade de consolidar a inserção curricular da extensão também nos cursos EaD. Conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018, todas as instituições de ensino superior devem garantir que 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão. No contexto EaD, isso implica o desenvolvimento de metodologias ativas e territorializadas, como projetos comunitários vinculados a polos, atividades de campo, experiências híbridas e uso de tecnologias digitais para mediação com comunidades.

A inclusão da extensão nos currículos EaD não se restringe à adequação legal, mas representa a possibilidade de ampliar a formação cidadã, contextualizar o conhecimento acadêmico e assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Conforme aponta Maciel (2022), a efetiva inserção curricular da extensão em cursos EaD requer planejamento pedagógico integrado, articulação com redes territoriais e inovação metodológica.

Assim, o percurso da EaD no Brasil reflete o esforço histórico de democratização do acesso ao ensino superior, mas impõe desafios permanentes quanto à sua qualidade e à formação integral dos estudantes. A recente política do MEC de reformulação da modalidade, aliada à exigência da inserção curricular da extensão, abre espaço para um modelo mais robusto, comprometido com a transformação social e o diálogo entre saberes. A inserção curricular da extensão nos cursos EaD, se bem implementada, pode garantir que os estudantes, ainda que geograficamente distantes, estejam plenamente inseridos nas dinâmicas sociais e territoriais que conferem sentido à universidade pública.

3.2. A Inserção Curricular da Extensão nos Cursos EaD: Possibilidades Formativas, Modalidades e Desafios à Luz das Diretrizes Nacionais

A inserção curricular da extensão universitária nos cursos de graduação em Educação a Distância (EaD) se insere num movimento mais amplo de reconfiguração da universidade brasileira, cuja missão social tem sido reiteradamente afirmada pelas políticas educacionais e pelos marcos regulatórios do ensino superior. A Resolução CNE/CES nº 7/2018, ao tornar obrigatória a inserção de 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão com efetiva interação com a sociedade, representa uma inflexão paradigmática na concepção de formação universitária. Para os cursos EaD, esse imperativo adquire contornos específicos que exigem reflexão crítica, inovação metodológica e compromisso político-pedagógico.

Destarte, a extensão, como prática educativa, não é apenas uma exigência legal, mas uma mediação histórica entre universidade e sociedade. Paulo Freire (1996, p. 10) nos alerta que “é preciso que a prática educativa se comprometa com a transformação da realidade, rejeitando a lógica bancária e assumindo uma postura dialógica, crítica e libertadora”. Nesse sentido, a inserção curricular da extensão nos cursos EaD precisa ir além da mera adequação formal: deve constituir-se como processo de formação humana integral, capaz de articular conhecimento acadêmico e saberes populares, conteúdos curriculares e demandas sociais, espaços virtuais e territórios reais.

Para tanto, as modalidades previstas na Resolução CNE/CES nº 7/2018 — programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços e desenvolvimento de produtos — oferecem diretrizes operacionais para a inserção da extensão nos currículos. No entanto, essas modalidades não devem ser compreendidas de forma estanque ou burocrática. Como argumenta Caldas (2021, p. 78), “a extensão, para ser efetivamente curricularizada, precisa estar impregnada de sentido pedagógico, ser parte da arquitetura do projeto formativo, e não apenas um apêndice extracurriculado”.

Dessa forma, podemos destacar que os programas de extensão se caracterizam pela sua natureza institucional, caráter contínuo e articulação com políticas públicas e temáticas de relevância social. Nos cursos EaD, os programas ganham potencial de capilaridade por meio dos

polos de apoio presencial, da articulação em rede e do uso de tecnologias de informação e comunicação. Um exemplo possível é a constituição de um programa interinstitucional de promoção da saúde nos territórios, envolvendo estudantes de enfermagem, biologia, serviço social e pedagogia em ações articuladas com as secretarias municipais, com atividades presenciais nos polos e suporte virtual para formação, planejamento e monitoramento.

Como observa Souza (2020, p. 114), “a organização da extensão em programas permite romper com a fragmentação e a descontinuidade das ações, além de favorecer a construção de vínculos territoriais, imprescindíveis para a atuação extensionista emancipatória”. Os programas, portanto, são espaços privilegiados de integração entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente quando organizados com base em eixos temáticos como saúde, direitos humanos, sustentabilidade, cultura ou educação popular.

Diferentemente dos programas, os projetos de extensão têm um escopo mais definido, duração delimitada e objetivos específicos. No contexto da EaD, sua implementação pode ocorrer por meio de ações nos polos, visitas técnicas, estudos de campo mediados por tecnologia e encontros *online* com lideranças comunitárias. Projetos de intervenção educativa em escolas públicas, campanhas de prevenção de violência contra mulheres, ações de mapeamento cultural ou diagnóstico participativo sobre o acesso à saúde são exemplos viáveis.

Segundo Brito (2022, p. 91), “os projetos de extensão são momentos privilegiados de aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos, em interlocução direta com as demandas sociais, desde que baseados em princípios como diálogo, participação e responsabilidade social”. A EaD, ao ampliar o alcance geográfico da universidade, permite que projetos extensionistas alcancem comunidades historicamente excluídas, desde que sejam garantidas mediações pedagógicas eficazes e a escuta ativa dos sujeitos envolvidos.

Em continuidade, destacamos que as oficinas e os cursos de extensão são modalidades formativas que, quando desenvolvidas com intencionalidade pedagógica e vínculo social, contribuem para a democratização do saber e a ampliação do acesso à educação. A EaD, com suas ferramentas síncronas e assíncronas, amplia a possibilidade de oferta dessas atividades para públicos diversos, sobretudo em contextos de difícil acesso territorial.

Podem ser ofertadas oficinas de escrita científica, cursos sobre direitos sociais, capacitações em tecnologias sociais, rodas de conversa sobre saúde mental, entre outras ações. No contexto da inserção curricular, estas deverão ser ofertadas pelos discentes em formação, sob a orientação de um professor/supervisor.

De acordo com Lima e Costa (2019, p. 63), “a realização de cursos e oficinas em ambientes digitais não pode se restringir à transmissão de conteúdo: é preciso garantir interatividade, participação ativa e construção coletiva de conhecimento”. Para tanto, é necessário o uso qualificado dos ambientes virtuais de aprendizagem, a elaboração de materiais acessíveis e a

mediação pedagógica comprometida com o diálogo. Dessa forma, o desenvolvimento de tecnocompetências por parte dos discentes pode ser um gargalo ou um diferencial no desenvolvimento dessas atividades, uma vez que a fluência digital resultará em atividades mais bem elaboradas e bem-sucedidas.

Da mesma maneira, a realização de eventos como seminários, mostras, feiras e fóruns extensionistas têm um importante papel na socialização do conhecimento e na articulação entre universidade e sociedade. No âmbito da EaD, os eventos ganham novas possibilidades com o uso de plataformas digitais, transmissões simultâneas, rodas de conversa mediadas por tecnologias e produção de podcasts, vídeos e *e-books* resultantes das discussões.

Como afirma Barreto (2020, p. 38), “os eventos extensionistas são espaços de celebração do conhecimento construído coletivamente e de exercício do protagonismo estudantil, sobretudo quando vinculados a processos formativos consistentes e práticas sociais transformadoras.” Eventos digitais sobre questões indígenas, racismo ambiental, agroecologia ou empreendedorismo social podem ser realizados com ampla participação pública e forte impacto territorial, além de serem temas integradores de grande impacto sobre as discussões contemporâneas.

As possibilidades acima destacadas apontam para prestação de serviços à comunidade, uma das modalidades clássicas da extensão universitária, que deve ser ressignificada na EaD com base na ética do cuidado, na escuta ativa e na mediação tecnológica responsável. Como exemplo da aplicabilidade disso como constructo formativo, estudantes de psicologia podem realizar atendimentos *online* supervisionados, alunos de ciências contábeis podem oferecer apoio tributário, e estudantes de licenciaturas podem acompanhar processos de reforço escolar de forma remota.

Para Vianna (2021, p. 122), “a prestação de serviços não pode ser confundida com assistencialismo: trata-se de um processo educativo bidirecional, que exige planejamento, acompanhamento e avaliação crítica dos impactos gerados”, e, por isso, caracteriza-se como uma prática formativa possível e de caráter extensionista elevado. No contexto da EaD, isso demanda protocolos éticos, plataformas seguras e formação docente adequada para lidar com a complexidade dessas ações.

Por fim, o desenvolvimento de produtos como jogos educativos, aplicativos, cartilhas, materiais audiovisuais, manuais, recursos tecnológicos e afins, pode constituir-se em uma prática extensionista potente, sobretudo nos cursos EaD, cuja base tecnológica permite a produção e circulação de conteúdos em larga escala. Como exemplo, estudantes de pedagogia podem criar sequências didáticas interativas; alunos de tecnologia podem desenvolver aplicativos de saúde; estudantes de design podem produzir campanhas educativas em redes sociais.

Essa modalidade, conforme Oliveira (2022, p. 141), “rompe com a lógica do produto como mercadoria e reafirma o conhecimento como bem comum, ao passo que insere os estudantes em processos criativos socialmente orientados.” A EaD, nesse contexto, transforma-se em um espaço privilegiado de experimentação, autoria e inovação pedagógica.

A seguir, apresentamos uma tabela-resumo (Tabela 1) das modalidades da extensão universitária aplicáveis ao processo de inserção curricular e como elas podem ser exploradas no contexto da educação EaD pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil.

Tabela 1 - Ações Extensionistas por Modalidade na EaD

Modalidade	Exemplos de Ações na EaD
Programas de Extensão	Programa de educação ambiental com polos; programa de saúde comunitária com agentes locais; rede virtual de formação de educadores populares.
Projetos de Extensão	Mapeamento de demandas sociais; projetos de intervenção em escolas; diagnóstico participativo de saúde ou cultura com mediação remota.
Cursos e Oficinas	Oficinas sobre direitos humanos; cursos de alfabetização digital para idosos; capacitações sobre violência doméstica com suporte em AVA.
Eventos Extensionistas	Seminários temáticos digitais; fóruns com comunidades locais; feiras culturais virtuais; mesas redondas transmitidas ao vivo; produção de <i>e-books</i> pós-evento.
Prestação de Serviços	Atendimentos psicológicos <i>online</i> ; consultorias jurídicas ou contábeis remotas; tutoria escolar para estudantes de rede pública; oficinas de orientação profissional.
Desenvolvimento de Produtos	Produção de jogos educativos; aplicativos para educação em saúde; cartilhas acessíveis sobre políticas públicas; vídeos e <i>podcasts</i> formativos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

3.3. A práxis da inserção curricular na Educação a Distância: Forças, oportunidades,

fraquezas e ameaças

Uma análise mais atenta das experiências compartilhadas na literatura especializada sobre o tema nos permite aferir o panorama denso, plural e crítico sobre a inserção curricular da extensão universitária nos cursos de graduação na modalidade a distância (EaD). O conjunto dos estudos disponíveis destaca não apenas os avanços conceituais e normativos sobre o tema, como também os desafios metodológicos, pedagógicos e institucionais que atravessam esse processo.

O estudo de Imperatore (2020), desenvolvido na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), centra-se na perspectiva dos acadêmicos sobre a participação destes em 12 projetos de extensão no período de 2017 a 2018. A partir de uma abordagem fenomenológica, o artigo destaca que a participação discente em projetos na EaD contribui significativamente para a construção de aprendizados contextualizados, interdisciplinares e socialmente comprometidos. A autora enfatiza que a articulação com o território e a abordagem por situações-problema foram determinantes para a superação de barreiras entre teoria e prática.

No artigo de Mariano *et al.* (2023), os autores relatam os desdobramentos de um projeto de extensão em Educação Musical desenvolvido pela UERN em parceria com a Universidade Aberta do Brasil. A iniciativa, realizada entre 2021 e 2023, foi integrada aos componentes curriculares da licenciatura em Música na EaD e teve forte impacto na formação cidadã dos estudantes, na medida em que promoveu a mediação entre conteúdos musicais e demandas comunitárias. Os autores destacam que “a curricularização da extensão se configura como uma agenda formativa global que articula a função social da universidade à superação das desigualdades” (Mariano *et al.*, 2023, p. 3).

Em Jara, Pereira e Napoleão (2021), observamos um estudo desenvolvido no âmbito do Centro de Educação a Distância (CEAD), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que relata a produção de um livro didático como estratégia de extensão vinculada à disciplina. A metodologia do projeto baseou-se em técnicas de *storytelling*¹ e oficinas realizadas por estudantes da pedagogia EaD em escolas públicas. O artigo conclui que a experiência contribuiu para a formação crítica dos discentes, ao passo que reforçou a relevância da interdisciplinaridade e da articulação prática-teoria em ambientes escolares reais.

No ano de 2022, diversos estudos aprofundam a discussão. O artigo de Ribeiro *et al.* (2022) apresenta os resultados de uma pesquisa com docentes de uma universidade privada do Distrito Federal sobre a extensão na EaD. Embora os professores reconheçam a relevância formativa da extensão, metade dos participantes questiona sua eficácia na EaD, apontando a carência de

¹O *storytelling* pode ser compreendido como uma estratégia narrativa que organiza experiências, ideias ou valores em forma de história, mobilizando elementos como personagens, tensões, cenários e desfechos para produzir sentido. Mais do que a simples exposição de informações, trata-se de uma construção intencional que articula emoção e significado, permitindo que o público não apenas compreenda a mensagem, mas se reconheça nela. Nesse processo, a narrativa atua como mediadora simbólica, aproximando marca e indivíduo por meio da identificação, da empatia e da memória afetiva, convertendo conteúdos em experiências compartilháveis e duradouras (Jara; Pereira; Napoleão, 2021).

práticas pedagógicas eficazes e a necessidade de tecnologias mais apropriadas. Os autores argumentam que “a curricularização da extensão deve ser acompanhada por políticas que promovam o compromisso social e a inovação metodológica” (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 9).

Outro estudo, de autoria de Cazane *et al.* (2022), investiga um projeto integrador na Universidade de Marília (UNIMAR) como caso de sucesso da inserção curricular na EaD. A metodologia de ensino por projetos integradores (MP) permitiu a mobilização de discentes de diferentes regiões do país em ações de desenvolvimento regional. A principal contribuição apontada pelos autores está em demonstrar que a EaD, quando bem estruturada, pode superar os limites geográficos e oferecer vivências práticas com resultados concretos na transformação social.

Ainda, Wagner, Lopes e Buczenko (2022a) publicam dois artigos complementares. O primeiro, intitulado “A Extensão Universitária na EaD: Concepções, Desafios e Protagonismo Discente” fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental com base na abordagem crítico-dialética. Os autores demonstram que há uma diversidade de concepções sobre a extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES), refletindo-se na heterogeneidade das práticas e na fragmentação curricular. Para eles, “a ausência de uniformidade conceitual compromete a interação com a comunidade e fragiliza o protagonismo estudantil” (WAGNER *et al.*, 2022, p. 7).

O segundo artigo do mesmo grupo, (Wagner; Lopes; Buczenko, 2022b) reforça os argumentos anteriores e aprofunda a análise sobre o papel da EaD no fortalecimento das ações extensionistas em territórios carentes. Os autores defendem que “a extensão deve valorizar a ação do discente junto à comunidade, devolvendo à sociedade os saberes produzidos na universidade e construindo uma formação emancipatória” (Wagner *et al.*, 2022, p. 12).

Destacamos ainda, Oliveira *et al.* (2023), ao analisarem o projeto “Nupe em Tela” da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), apontam o êxito da integração entre ensino, pesquisa e extensão na EaD. O estudo traz à luz que a qualificação docente, a escuta às comunidades e as parcerias institucionais foram fatores-chave para o sucesso do projeto. As autoras alertam, no entanto, que “a curricularização da extensão requer avaliações contínuas, comprometimento institucional e clareza de objetivos formativos” (Oliveira *et al.*, 2023, p. 9).

Ao entrelaçar os estudos analisados, observa-se que todos convergem para a ideia de que a inserção curricular da extensão na EaD é possível, necessária e transformadora, mas requer planejamento estruturado, inovação metodológica e compromisso político-pedagógico. A centralidade do protagonismo discente e a articulação com o território emergem como elementos comuns. A metodologia de projetos, como destaca Imperatore (2020) e Cazane *et al.* (2022), aparece como potente ferramenta de articulação interdisciplinar e prática social.

Também há consenso quanto à necessidade de qualificação docente específica (Ribeiro *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2023), além do reconhecimento de que a EaD, ao ampliar a capilaridade da

universidade, aumenta a responsabilidade social da IES (WAGNER *et al.*, 2022). As dificuldades metodológicas, a heterogeneidade conceitual e a carência de políticas institucionais claras são aspectos frequentemente mencionados como obstáculos à efetiva inserção curricular.

Assim, para uma melhor observação dos dados aqui apresentados, sistematizamos uma matriz FOFA (Tabela 2), destacando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do processo de inserção curricular no âmbito dos cursos EaD oferecidos por universidades brasileiras.

Tabela 2 - Matriz FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) aplicadas ao processo de inserção curricular da extensão em cursos superiores ofertados na modalidade EaD no Brasil

FORÇAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Capilaridade e alcance territorial dos cursos EaD que ampliam a presença universitária	Inovação pedagógica com uso de metodologias ativas e projetos interdisciplinares	Descompasso entre teoria e prática na implementação curricular da extensão em EaD	Descontinuidade institucional e fragilidade de políticas permanentes de extensão
Flexibilidade metodológica e potencial tecnológico para execução de ações extensionistas	Ampliação da inclusão social por meio de ações territoriais em comunidades remotas	Baixa formação docente específica para a mediação extensionista em ambientes virtuais	Precarização da EaD em contextos privados com foco mercantilista
Experiências exitosas documentadas por diferentes instituições em projetos e programas	Integração entre ensino, pesquisa e extensão favorecida pela natureza da EaD	Falta de padronização e compreensão uniforme sobre o conceito e objetivos da extensão	Limitações de infraestrutura tecnológica em polos e comunidades parceiras
Protagonismo estudantil fortalecido pelas ações comunitárias mediadas por tecnologias	Apoio de marcos legais recentes que impulsionam a obrigatoriedade da curricularização	Dificuldade de articulação entre polos, núcleos acadêmicos e comunidade	Resistência institucional à reestruturação curricular e à formação docente específica

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A análise da matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) aplicada à percepção obtida a partir dos estudos reais aqui apresentados revela um cenário multifacetado, em que o potencial transformador da extensão se depara com desafios estruturais e institucionais significativos. À luz da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que regulamenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, e considerando as experiências e investigações de

pesquisadores da área, é possível aprofundar a leitura crítica de cada dimensão da matriz com foco na realidade da EaD.

Entre as principais forças, destaca-se a capilaridade e alcance territorial dos cursos EaD, que, por meio dos polos de apoio presencial e das tecnologias digitais, permitem à universidade atingir localidades distantes e muitas vezes desassistidas por políticas públicas. Esse fator amplia significativamente o raio de atuação extensionista, conferindo à EaD um papel estratégico na concretização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como aponta Oliveira *et al.* (2023), a experiência do projeto “Nupe em Tela”, da UNEB, demonstra que a atuação nos territórios via EaD promove maior envolvimento das comunidades com as instituições de ensino, fortalecendo o elo entre saberes acadêmicos e populares.

Outro ponto forte é a flexibilidade metodológica e o potencial tecnológico que a EaD oferece para a implementação de projetos extensionistas. Ferramentas síncronas e assíncronas, ambientes virtuais de aprendizagem, redes sociais, plataformas colaborativas e recursos multimídia permitem experiências formativas diversificadas, que vão desde oficinas digitais até eventos interativos com alcance nacional. Para Ribeiro *et al.* (2022), a EaD, ao adotar práticas pedagógicas inovadoras, pode converter-se em um terreno fértil para a extensão universitária, desde que orientada por diretrizes formativas claras e sustentadas por políticas institucionais coerentes.

Além disso, o protagonismo estudantil aparece como uma força relevante. Vários estudos (Imperatore, 2020; Mariano *et al.*, 2021; Cazane *et al.*, 2022) demonstram que os estudantes da EaD, quando envolvidos em projetos que dialogam com a realidade social, desenvolvem senso crítico, empatia, habilidades comunicativas e senso de pertencimento. Esse protagonismo, conforme destaca Wagner *et al.* (2022), não apenas contribui para a formação integral dos discentes, mas também ressignifica a experiência de estudar a distância, conectando os alunos à vida comunitária e ao espaço público.

As oportunidades derivadas da inserção curricular da extensão na EaD são igualmente promissoras. A primeira delas refere-se à inovação pedagógica. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 propõe que a extensão seja entendida como um processo formativo articulado ao currículo, capaz de promover a atuação acadêmica a partir de problemas reais da sociedade. Neste contexto, a EaD pode se valer de metodologias como a pesquisa-ação, projetos integradores e metodologias ativas baseadas em problemas, que têm se mostrado efetivas na construção de práticas interdisciplinares (Imperatore, 2020; Jara *et al.*, 2021).

Outra oportunidade crucial é a ampliação da inclusão social. A possibilidade de atuação extensionista nos territórios por meio dos polos EaD permite alcançar populações vulnerabilizadas e historicamente excluídas do acesso ao conhecimento científico. Como enfatiza Oliveira *et al.* (2023), a inserção curricular da extensão na EaD pode assumir um caráter

estratégico na promoção da equidade educacional, na medida em que descentraliza a produção de saberes e valoriza as realidades locais como espaço de aprendizagem.

Por fim, os marcos regulatórios recentes, como a própria Resolução nº 7/2018 e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que em sua Meta 12, Estratégia 12.7, determina que no mínimo 10% dos créditos curriculares sejam destinados a atividades de extensão, impulsionam o avanço da inserção curricular na EaD. Isso oferece um respaldo legal e político fundamental para que as instituições incorporem a extensão em seus projetos pedagógicos com maior intencionalidade e organicidade.

Contudo, é importante destacar que a matriz também revela importantes fraquezas. A baixa formação docente específica para a mediação pedagógica extensionista em ambientes virtuais compromete a qualidade das ações. Ribeiro *et al.* (2022) relatam que, embora reconheçam a importância da extensão, muitos docentes da EaD se sentem despreparados para articular projetos com base nos princípios da extensão crítica, como o diálogo de saberes, a interdisciplinaridade e a inserção territorial.

Outra fraqueza recorrente é a ausência de padronização conceitual sobre o que é extensão e como ela deve ser incorporada nos cursos. Estudos como os de Wagner *et al.* (2022) e Souza (2020) apontam que a pluralidade de interpretações, por vezes contraditórias, resulta em práticas extensionistas fragmentadas, episódicas e desvinculadas dos currículos. Tal realidade vai de encontro ao que estabelece o Art. 2º da Resolução nº 7/2018, que afirma que a extensão deve articular-se de forma interdisciplinar e garantir efetiva interação com a sociedade.

Ainda, a dificuldade de articulação entre polos EaD, núcleos acadêmicos e setores comunitários compromete a institucionalização da extensão. Cazane *et al.* (2022) alertam que muitos polos funcionam apenas como locais de aplicação de provas, desprovidos de estrutura e articulação com a comunidade. Isso fragiliza as condições para que os estudantes realizem ações com impacto social efetivo, prejudicando tanto a dimensão formativa quanto a função pública da universidade.

Por fim, entre as ameaças, destaca-se a descontinuidade das políticas institucionais, especialmente em instituições privadas, onde a extensão é frequentemente tratada como apêndice ou formalidade legal. Wagner *et al.* (2022) alertam que, sem políticas permanentes de incentivo e avaliação, as ações extensionistas tendem à precarização, com resultados superficiais e baixo envolvimento discente.

Outra ameaça é a precarização estrutural da EaD, agravada em contextos mercantilizados, nos quais prevalece a lógica da economicidade sobre a qualidade formativa. Como denunciam Ribeiro *et al.* (2022), há uma tendência de converter a extensão em meras atividades complementares, desvinculadas de objetivos pedagógicos e sociais mais amplos.

Além disso, limitações tecnológicas nos polos e nas comunidades dificultam a efetivação das ações, especialmente aquelas que exigem conectividade estável, recursos multimídia ou atendimento remoto. Oliveira *et al.* (2023) lembram que, para que a EaD desempenhe seu papel extensionista, é necessário garantir infraestrutura adequada, formação docente continuada e suporte técnico.

Finalmente, a resistência institucional à reestruturação curricular também figura como ameaça relevante. A inclusão da extensão como componente curricular implica mudanças profundas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), demandando revisão de carga horária, estratégias avaliativas e formação docente. Sem o apoio da gestão acadêmica e da comunidade universitária, tais mudanças tendem a encontrar obstáculos significativos.

Dessa forma, a análise da matriz FOFA evidencia que a inserção curricular da extensão na EaD é um processo repleto de potencialidades, mas igualmente permeado por desafios estruturais, metodológicos e conceituais. Para que a extensão cumpra seu papel formativo e social nos cursos EaD, é indispensável a adoção de políticas institucionais sólidas, formação docente continuada, infraestrutura adequada e clareza conceitual. Mais do que cumprir uma exigência legal, trata-se de concretizar um compromisso ético com a formação cidadã, com a transformação social e com a construção de uma universidade verdadeiramente democrática e inclusiva.

4. Conclusão

A inserção curricular da extensão nos cursos de graduação na modalidade EaD emerge como um movimento estruturante para a consolidação de uma universidade mais democrática, comprometida com a realidade social e conectada aos diversos territórios onde atua. A extensão, ao adentrar os currículos da EaD, não apenas expande o alcance formativo das instituições, mas também rompe com a lógica da verticalização do saber, promovendo práticas educativas que valorizam o diálogo, a escuta ativa e a coautoria do conhecimento entre universidade e sociedade.

Ao considerar a multiplicidade de territórios, sujeitos e demandas que a EaD alcança, torna-se evidente que a inserção curricular da extensão não pode se restringir a adaptações pontuais ou iniciativas isoladas. Trata-se de uma reconfiguração profunda do fazer pedagógico, que exige metodologias participativas, compromisso ético-político e a valorização das experiências locais como eixos estruturantes da aprendizagem. A mediação tecnológica, quando bem empregada, torna-se aliada da aproximação entre os estudantes e as comunidades, permitindo que mesmo a distância física seja superada por vínculos de pertencimento e responsabilidade social.

A extensão, nesse contexto, assume sua face mais potente: a de catalisadora de transformações. Ao articular ensino, pesquisa e vivência comunitária, ela amplia o campo formativo para além dos conteúdos disciplinares, promovendo a formação de sujeitos críticos, éticos e engajados com

a superação das desigualdades. É nesse sentido que a EaD, muitas vezes estigmatizada pela ausência de práticas vivenciais, pode revelar-se terreno fértil para a inovação social e para a reinvenção da universidade em sua missão pública.

Finalmente, como próximos passos para a concretização efetiva da inserção curricular da extensão na EaD, é imprescindível que as instituições de ensino superior realizem a revisão de seus projetos pedagógicos de curso à luz das diretrizes nacionais, assegurando que as ações extensionistas estejam integradas às competências e habilidades esperadas nos perfis formativos. É necessário, ainda, investir na formação continuada dos docentes para que dominem tanto os fundamentos teórico-metodológicos da extensão quanto às práticas pedagógicas próprias da EaD. A criação de núcleos de extensão nos polos descentralizados, o fortalecimento de parcerias com a sociedade civil e a definição de mecanismos de avaliação específicos também se colocam como medidas urgentes para garantir a sustentabilidade e a legitimidade das ações implementadas. Somente com ações estruturais, planejamento colaborativo e compromisso institucional será possível consolidar a extensão como dimensão indissociável da formação universitária na educação a distância.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CESN72018.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

CAZANE, A. L. *et al.* A curricularização da extensão por meio da metodologia de projetos como propulsora de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2022. Disponível em: <https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/712/501>. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMPERATORE, S. L. B. Aprendizados em Projetos de Extensão Universitária sob a Perspectiva de Acadêmicos de Cursos EAD. **EaD em Foco**, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/858/510>. Acesso em: 22 ago. 2025.

JARA, E. J.; PEREIRA, G. A. M.; NAPOLEÃO, F. Desafios da Curricularização da Extensão Universitária na Educação a Distância. In: Congresso Brasileiro de Educação a Distância (SEADCO), **Anais...** 2021. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/seadco/article/view/30906/30709>. Acesso em: 01 set. 2025.

MARIANO, D. A. L. *et al.* Educação Musical Online: uma Proposta Pedagógica na Curricularização da Extensão na Educação a Distância. In: Congresso Brasileiro de Educação a Distância (SEADCO), **Anais...** 2021. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/seadco/article/view/30927/30730>. Acesso em: 01 set. 2025.

MENDES, K. D.; SILVEIRA, R. C. F; GALVÃO, T. F. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, D. *et al.* Nupe em Tela: um olhar sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação na modalidade da educação a distância. **Revista Raízes e Rumos**, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/12616/12168>. Acesso em: 04 set. 2025.

RIBEIRO, J. B. P. *et al.* Percepção docente sobre a curricularização da extensão universitária em educação a distância: aproximações teóricas e possibilidades práticas. **Cadernos de Pedagogia**, v. 15, n. 44, 2022. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14523/8157>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SOUSA, R. V. de. Extensão universitária como política formativa: programas e práticas na perspectiva dialógica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 66, p. 110–130, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/26534>. Acesso em: 02 set. 2025.

WAGNER, T. H.; LOPES, V. A.; BUCZENKO, G. L. A Extensão Universitária na EAD: Concepções, Desafios e Protagonismo Discente. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/695/677>. Acesso em: 13 ago. 2025.

WAGNER, T. H.; LOPES, V. A.; BUCZENKO, G. L. A Extensão Universitária na EAD. **Anais do Seminário de História e Educação**, v. 5, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/anaisseminariodehistoriaeeducaca/article/view/889/750>.

Acesso em: 27 ago. 2025.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: MELO, T. A. de *et al.* Entre Territórios e Telas – Discussões sobre a Inserção Curricular da Extensão nos Cursos EaD. **EaD em Foco**, v. 16, n.1, e2693, 2026. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v16i1.2693>